



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

A(O) ILUSTRÍSSIMO(A) PREGOEIRO(A) DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

ASS: RECURSO ADMINISTRATIVO

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro (a).

Ao cumprimenta nesta oportunidade, a empresa, PROSEG ENGENHARIA DE SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.749.430/0001-18, sediada ao endereço Rua Desembargador Alonso Starling, 399 - Andar 2 Sala 03, Centro/ Manhuaçu-MG, CEP 36.900-055, pelo seu representante legal Sr. Ademir Liparizi Junior, CPF: 012.928.126-30, RG: MG – 11.864.534 SSP/MG e brasileiro, casado, cujo Pregão Eletrônico nº 005/2023, vem respeitosamente à presença da Nobre Pregoeira desta conceituada Administração, com fulcro no DECRETO nº 10.024/19, interpor o presente:

1 - RECURSO ADMINISTRATIVO

Em vista da irregular HABILITAÇÃO da empresa **EVOLUE SERVICOS LTDA** consubstanciado nos fatos e nas razões de direito a seguir aduzidos:

2 – DOS FATOS

À CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, com distinta consideração, venho por meio deste documento, endereçado a Vossas Excelências, relatar os acontecimentos relevantes ocorridos durante a realização da PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2024 supracitado, cujo objeto consiste na " **O objeto da presente licitação é a prestação de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho ("SESMT"), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**". A sessão, solenemente iniciada em 26 de fevereiro de 2024 às 9h no sítio compras.net. Após o preâmbulo do



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

credenciamento das empresas presentes concluiu-se a mencionada etapa, e deu-se prosseguimento a fase de disputa. Nesta etapa crucial no processo licitatório, a empresa SAOC CONSULTORIA EM SEGURANCA E SAUDE DO TRABALHO LTDA sobressaiu com seu preço, sendo desclassificada, passando o lote para a 2º, qual não atendeu plenamente as exigências editalícias, o trâmite ocorreu até chegar na 5º posição detentora a empresa EVOLUE SERVICOS LTDA, não comprovando capacidade técnica para cumprir com excelência o objeto de licitação, portanto, sua habilitação foi errônea, devendo ser revisada pelos fatos apresentados a seguir.

3 – DA TEMPESTIVIDADE

Antes de adentrarmos ao cerne da questão, imperioso frisar que a oportuna apresentação das razões está em plena consonância com o Art. 165 da Lei 14.133/21, bem como de acordo com as determinações exaradas no edital do certame, vejamos:

“LEI 14.133/21

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

(...)

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico”. (Grifo nosso)

EDITAL nº 01/2024

“8. DOS RECURSOS



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

8.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou

inabilitação do licitante:

8.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de

preclusão.

8.2.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado no primeiro dia útil após a

lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.5. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a lavratura da ata"

Observa-se que a RECORRENTE agiu em estrita consonância com as disposições estabelecidas no Edital, respeitando o prazo para apresentação das razões. Destaca-se que, ao apresentar suas razões dentro do prazo determinado, a RECORRENTE demonstrou seu compromisso com a lisura e a transparência do certame.

Portanto, considerando o cumprimento adequado do prazo estabelecido no Edital, respeitando as diretrizes dispostas, é incontestável a tempestividade da presente peça recursal.

4 – DO DIREITO

4.1 CONCEITO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

Pouco se sabe a respeito do conceito de **proposta mais vantajosa** em um processo licitatório. O termo é além da aquisição de menor preço, portanto, Marçal Justen Filho diz, vejamos:

“A maior vantagem se caracteriza quando a Administração assume o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular obriga-se a realizar a melhor e mais completa prestação.”

(FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14.^a ed. São Paulo: Dialética. 2010, p. 66)



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

Quando se expressa vantajosidade, entende-se ao **aspecto econômico**, porém **não está atrelado somente a economicidade**, bem como **qualidade** do produto/serviço e capacidade de **execução total** do objeto de licitação com excelência e aquisição menos onerosa para administração, demonstrando capacidade técnica para prestar um serviço com qualidade compatível de mercado.

Portanto Fernandes diz, que o objeto de licitação deve ser claro e objetivo para não ser baseada a proposta no menor valor, mas também em vários aspectos previstos no edital para auxiliar na seleção da proposta mais vantajosa.

Ao priorizar a busca pela proposta que apresente a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública, a doutrina da proposta mais vantajosa destaca a necessidade de equilibrar a eficiência na utilização dos recursos públicos com a garantia de que o serviço ou bem adquirido atenda plenamente às exigências da Administração e da sociedade.

Diante do exposto Matheus Carvalho, um grande doutrinador diz a respeito:

“A Administração é orientada a selecionar a proposta de melhor preço que não pode ser confundido com o menor valor monetário, pois, existem hipóteses em que pagar o valor mais elevado propiciará à Administração Pública vantagens maiores.” (CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 2ª Edição. Editora Juspodvm, 2015.)

Vale menção do Art. 11º da Lei 14.133/21, senão vejamos:

*“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:
I - assegurar a seleção da **proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;”*

Portanto, está claro que o licitante deve oferecer ao órgão a proposta, cujo intuito atenda os critérios preços e habilitação técnica para a prestação de serviço. O menor valor monetário não significa a melhor aquisição, em situações cujo objeto de licitação é de significância a saúde dos trabalhadores, tal quesito, menor preço não deve ser o fator determinante, mas sim, a qualificação na prestação de serviços com excelência e possuir documentações comprobatórias que



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

detém capacidade e equipe técnica qualificada, qual a empresa não demonstrou na documentação apresentada, o exposto nos leva ao próximo tópico da questão.

4.3 – DESCUMPRIMENTO EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS

É certo, que em todo e qualquer processo licitatório, as licitantes devem atender as exigências editalícias. Conforme o princípio da proposta mais vantajosa, a licitante deve atender não somente a economicidade para órgão, bem como ofertar a prestação de serviço menos onerosa. Portanto, em acordo com o texto editalício:

“6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

(...)

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União e consultados através da ferramenta Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponibilizada pelo TCU em (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.”

A consulta realizada no sítio <https://certidoes.cgu.gov.br/> nos mostrou um resultado vejamos:




PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

Consultado: EVOLUE SERVICOS LTDA

CPF/CNPJ: 26699784000181

Data da consulta: 07/03/2024 23:15:17

Certidão	Bases de dados consultadas	Situação	Emissão
Certidão negativa correcional - Agentes Públicos (ePAD e CGU-PAD)		Essa consulta não se aplica ao tipo de pessoa consultada	
Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	CGU-PJ	Nada Consta ✓	 Relatório
	CEPIM	Nada Consta ✓	
	ePAD	Nada Consta ✓	
	CEIS	https://portaltransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cpfCnpj=26699784000181	
	CNEP	Nada Consta ✓	

Após clicar no link circulado pela cor vermelha, fomos encaminhados para seguinte página:

Data da consulta: 07/03/2024 23:17:05

Data da última atualização: 03/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 03/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM), 03/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 03/2024 (Diário Oficial da União - CEAF), 03/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita

EVOLUE SERVICOS LTDA - 26.699.784/0001-81
[CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA](#)

Nome informado pelo Órgão sancionador
EVOLUE SERVICOS LTDA

Nome Fantasia
EVOLUE SERVICOS

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Dúvidas

Cadastro
CEIS

Categoria da sanção
SUSPENSÃO

Data de início da sanção
01/09/2023

Data de fim da sanção
01/09/2025

Data de publicação da sanção
**

Publicação
SEM INFORMAÇÃO

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado
**

Número do processo
1753591/2023

Número do contrato
17/2022

Abrangência da sanção
NO ÓRGÃO SANCIONADOR

Observações
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA - LEI Nº 8666/93, ART. 87, INC. III

☎ 33 99835-0937

✉ ademiriparizijunior@gmail.com

💡 Rua Des. Alonso Starling, 399

Centro Sala 03, Manhauçu

📱 @prosegeng



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome

CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-PR

Complemento do órgão sancionador

UF do órgão sancionador

PR

Fundamento legal

LEI 8666 - ART. 87, III - PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

Vemos nitidamente que a empresa sofreu uma sanção do CONSELHO REGIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO do estado do PARANÁ, conforme estabelecido na antiga lei de licitações 8.666/93 em seu Art. 87, III:

LEI 8666 - ART. 87,- PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS

Assim sendo, percebemos que pela sanção, houve um descumprimento do contrato firmado entre ambos, independentemente que seja parcial ou total, houve o descumprimento do contrato. Portanto, temos algumas perguntas.

- 1) Se a empresa firmou um contrato com o CONSELHO REGIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO, e descumpriu, quem garante que cumprirá com o COREN? A sanção diz muito sobre as responsabilidades da empresa.
- 2) O COREN sairá lesado por um descumprimento contratual por uma empresa sem compromissos com seus clientes? Sendo um erro que poderia ter sido evitado no julgamento.
- 3) De fato, a proposta ofertada pela RECORRIDA atende ao princípio da proposta mais vantajosa, tanto no quesito economicidade, quanto atendimento aos documentos habilitatórios e oferecer o serviço menos oneroso ao órgão? Pois é nítido que já sofreu sanções.



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

Além do descumprimento subitem 6.1 – b), houve ausência de comprovação aos quantitativos mínimos referente ao subitem 8.21, portanto, vejamos o texto:

8.21. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.21.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados por período igual ou superior a 1 (um) ano com as seguintes características mínimas:

8.21.2. Prestação de Serviços Especializados em Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), com, no mínimo, as seguintes características:

a) Execução de PMSO, PGR, LTCAT e PPP para população de, pelo menos, 211 (duzentos e onze) trabalhadores e para clientes/tomadores com, pelo menos, 9 (nove) unidades operacionais;

b) Assessoria Técnica a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e a Brigada de Incêndio.

Após uma análise criteriosa a toda documentação apresentada pela RECORRIDA, foi identificado a apresentação de 14 (quatorze) atestados, dentre eles, somente 2 (dois) fazem menção a elaboração do PPP. Conforme o subitem 8.21 – a), deverá apresentar atestados que contemplem no mínimo execução **PMSO, PGR, LTCAT e PPP para um quantitativo de no mínimo 211 servidores**. Porém, nesses dois atestados apresentados não se identificou a quantidade de servidores ou colaboradores. De fato, os dois atestados que contemplam os PPP's, atendem o quantitativo exigido no edital?



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

08/02/2021

<https://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment/u/1/?ui=2&ik=5445425605&attid=0.1&permmsgid=msg-f:169114782845220...>



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SAF Sul Quadra 2 Lote 2 Bloco B Sala 104 Térreo, Ed. Via Office - Zona Cívica Administrativa - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-600
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.cfp.org.br>

Atestado de Capacidade Técnica

Processo nº 576600019.000311/2019-69

Atestamos a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a Empresa **EVOLVE SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 26.699.784/0001-81, estabelecida na Quadra CSB 7 LOTE, 05, SALA 03, Taguatinga Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 72015575, presta serviço ao Conselho Federal de Psicologia, Autarquia Federal, com sede à SAF SUL Q. 02 Bloco B Sala 104, Edifício Via Office, Brasília-DF, inscrito no CNPJ 00.393.272/0001-07, voltados à segurança e medicina do trabalho, com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional/PCMSO, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais/PPRA, o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho/LTCAT, **Perfil Profissiográfico Profissional/PPP**, ministrar palestras sobre saúde e Curso de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes/CIPA, bem como realizar os Exames Ocupacionais - ASO, para o Conselho Federal de Psicologia.

Registramos ainda, que a Empresa vem cumprindo fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS Sede: SBN, Quadra 02, Asa Norte, Bloco H - Ed. Central Brasília-DF CEP 70040 904 Tel (061)21088400
Superintendência: Rua 148 Nº 485 Setor Marista Goiânia - GO CEP 74170 110 Tel (62) 3281 1522 Fax (62) 3281 1709

- 2.0 - Realização de exames ocupacionais: admissional, periódico, mudanças de função, retorno ao trabalho e demissional, conforme orientação da NR-7.
- 3.0 - Acompanhamento dos tratamentos hospitalares dos usuários, emitindo relatório quando necessário e/ou solicitado.
- 4.0 - Controle de atestados médicos e absenteísmo ocupacional preenchendo e enviando trimestralmente.
- 5.0 - Emissão de ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), de acordo com os requisitos técnicos previstos na NR-7.
- 6.0 - Emissão de Relatório Anual (NR-7, 7.4.6)
- 7.0 - elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP especialmente dos registros referentes à rotina de saúde do trabalhador.

Atestamos que os serviços citados foram perfeitamente executados em seu devido prazo estipulado e dentro dos padrões e exigências desta empresa obedecendo as normas técnicas brasileiras pertinentes.



Rua Des. Alonso Starling, 399
Centro Sala 03, Manhuaçu



33 99835-0937



ademiriparizijunior@gmail.com



@prosegeng



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

Temos que levar em contato o princípio da vinculação ao edital, vejamos o que José Carvalho Filho diz sobre:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

(...) Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto. (Grifo Nosso)

Pelo PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL tanto a Administração Pública quanto as Empresas Participantes estão vinculadas ao EDITAL, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas por regras não estabelecidas no Instrumento Convocatório. A VINCULAÇÃO AO EDITAL se traduz num importante garantia para a sociedade de que não haverá favorecimentos ou direcionamentos nas aquisições feitas pela Administração Pública.

Ainda, destacamos o PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, que é o princípio basilar para a configuração do regime jurídico-administrativo, e específico para o Estado de Direito. Ele representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, os agentes da Administração Pública devem atuar sempre conforme a lei. Hely Lopes leciona:

A legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto a administração particular é lícito fazer tudo que a lei não



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. (Grifo Nosso)

Outra questão muito importante que foi identificada na análise da documentação da RECORRIDA, é com o contrato do Médico. Tendo em vista que o objeto de licitação possui serviços de medicina, temos que levar em consideração que a empresa deverá possuir um médico responsável técnico para elaborar a documentação, vejamos o subitem:

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1.

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, a qual consiste nos serviços previstos nos itens 2 a 6 do objeto;

6. DA MULTA

Cláusula 8ª. Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE quanto ao pagamento do serviço prestado, deverá incidir sobre o valor do presente instrumento, multa pecuniária de 10% de juros e multa de 2% ao mês.

Cláusula 9ª. No caso de não haver o cumprimento de qualquer uma das partes cláusulas, exceto a 6ª, do presente instrumento, a parte que não cumpriu deverá pagar uma multa de 10% do valor do contrato para a outra parte.

7. DO PRAZO

Cláusula 10ª. A CONTRATADA assume o compromisso dos serviços a serem prestados por prazo indeterminado.

8. CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 11ª Fica compactuado entre as partes a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes contratantes, excluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais, não havendo entre a CONTRATADA e CONTRATANTE qualquer tipo de relação de subordinação.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor.

Confiamos na equipe de licitação para julgar o correto, com a boa-fé.

5 - DO PEDIDO

Diante da força inelutável dos fatos e das considerações supramencionadas, em consonância com os sagrados princípios e normas que orientam a nobre atuação



PROSEG

Engenharia de Segurança do Trabalho

da Administração Pública, serve-se o presente Recurso Administrativo com o intuito de apresentar os seguintes pleitos:

1. O acolhimento e ciência das razões, por se tratar de ato próprio, tempestivo e verídico.
2. **Inabilitação da empresa** arrematante por descumprimento das exigências editalícias extremamente importantes para prestação de serviço.
3. Com fundamento no cerne da questão, a recorrida não observou integralmente todas as condições e requisitos necessários para participar do pregão, comprovando de maneira cabal sua inabilitação e incompetência para executar de forma satisfatória o objeto licitado, nesse caso solicita-se a recusa da habilitação da RECORRIDA.
4. A continuidade ao procedimento, passando para o próximo colocado.
5. Se porventura não for deferido as razões da RECORRENTE, solicita-se o encaminhamento para autoridade competente para apreciação.

Manhuaçu-MG, 07 março de 2024.

PROSEG ENGENHARIA DE SEGURANCA DO TRABALHO LTDA

CNPJ nº: 20.749.430/0001-18

Proprietário/ Representante legal

Ademir Liparizi Junior

CPF: 012.928.126-30